



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

Ata da 6.^a (sexta) Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça

Torno público que aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio, do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça do prédio Procurador de Justiça João Bosco Carneiro, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora 2^a Subprocuradora-Geral de Justiça, Doutora Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena. Compareceram à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores: Alcides Orlando de Moura Jansen – Corregedor-Geral do ministério Público, Janete Maria Ismael da Costa Macedo, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Lúcia de Fátima Maia de Farias, Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos, José Roseno Neto, Francisco Sagres Macedo Vieira e Marilene de Lima Campos de Farias. Compareceram também os Promotores de Justiça, convocados, Doutores: Flávio Wanderley da Nóbrega Cabral de Vasconcelos, João Manoel de Carvalho Costa Filho e Manoel Henrique Serejo da Silva, em substituição, respectivamente, aos Procuradores de Justiça Antônio de Pádua Torres, Marcus Vilar Souto Maior e Otanilza Nunes de Lucena. Encontram-se nas sessões das Câmaras do Tribunal de Justiça os Doutores: Renata Carvalho da Luz Lemos e Vanina Freitas Dias. Ausências Justificadas dos Excelentíssimos Senhores Doutores: Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, José Marcos Navarro Serrano, Josélia Alves de Freitas, José Raimundo de Lima, Afra Jerônimo L. Barbosa de Almeida e Nelson Antônio Cavalcante Lemos. Havendo número regimental e pedindo a proteção Divina, a Presidente, em exercício, declarou aberta a sessão e, em seguida, indagou sobre a aprovação da

Ata da 6 Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em 24.05.2011



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

ata da sessão anterior, a saber, da 5ª Sessão Ordinária, que ficou para aprovação posterior. Nas comunicações da Presidência, a Doutora Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena, inicialmente, informou que o Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho está na cidade de Campina Grande fazendo a entrega de três novos veículos para atender as Promotorias de Justiça de Campina Grande. Terminadas as comunicações da Presidência, a Doutora Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena passou a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público, que deu as informações de praxe do órgão. Terminadas as comunicações do Corregedor-Geral do Ministério Público foi dada a palavra aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça que se manifestaram na forma regimental. Na fase de requerimentos, foi feita a seguinte propositura: 1) A Procuradora de Justiça Doutora Sônia Maria Guedes Alcoforado propôs voto de aplauso ao Promotor de Justiça Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega por ter sido eleito como 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça da Fundação e Entidade de Interesse Social – PROFIS, para o biênio 2011/2013. Pela Presidente, em exercício, foi colocada a propositura em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Na leitura do expediente a Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena levou ao conhecimento do Egrégio Colegiado o recebimento do ofício: Item 6.1 – Recebimento do ofício circular 001/2011, de 25 de abril de 2011, subscrito pelo Promotor de Justiça do Estado do Ceará, Leo Charles Henri Bossard II, Presidente da PROFIS – Assunto: Encaminhamento da relação dos integrantes da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça da Fundação e Entidade de Interesse Social – PROFIS, eleitos em 17 de março do corrente ano para



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

o biênio 2011/2013. **DESTAQUE:** o Promotor de Justiça Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega foi eleito o 2º Vice-Presidente. Prosseguindo a Presidência instou à Secretaria que procedesse à leitura da matéria constante na ordem do dia. **Apreciação – 1 - Item 7.1) - Minuta de Resolução CPJ nº. 14/2011 - Regulamenta a instalação e o funcionamento no âmbito do Ministério Público Estadual do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial – NCAP – e dá outras providências.** A Presidente, em exercício, do Egrégio Colegiado procedeu a leitura da matéria, tecendo às devidas explicações da presente matéria, ao final das quais foi aberta a discussão que teve a participação do Promotor de Justiça Guilherme da Costa Câmara que fez a complementação das explicações da minuta de resolução, Exauridos os debates, a matéria foi posta em votação na seguinte ordem: **Resolução CPJ nº.014/2011 - Regulamenta a instalação e o funcionamento no âmbito do Ministério Público Estadual do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial – NCAP – e dá outras providências.** O Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58 da Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba - Lei Complementar Estadual nº 97, de 22 de dezembro de 2010 – e, **CONSIDERANDO** a necessidade de aprimorar a regulamentação do controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público, almejando maior eficácia e efetividade na salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais, no atendimento aos interesses da sociedade, na persecução penal, na proteção do patrimônio público e do cidadão e na repressão aos atos de improbidade administrativa; **CONSIDERANDO** que o art. 129, VII, da Constituição Federal, que explicita a relevância do



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

adequado exercício, pelo Ministério Público, do controle externo da atividade policial e, considerando ainda, o que dispõe o art. 9º da [Lei Complementar n. 75](#), de 20 de maio de 1993 e o art. 80 da [Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993](#); que dispõem sobre o exercício do controle externo da atividade policial a cargo do Ministério Público; CONSIDERANDO ainda a edição da Resolução nº 20/2007, do CNMP e, em 2009, do Manual Nacional de Controle Externo da Atividade Policial elaborado no âmbito do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais, a partir de inúmeras discussões suscitadas quanto à forma, extensão e limites do exercício de tal atribuição e, finalmente, verificando-se a conveniência de um disciplinamento das atividades que se inserem no rol de atribuições ministeriais no que pertine ao aludido controle; CONSIDERANDO o projeto de estratégias para a efetivação do controle externo da atividade policial, aprovado em reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, ocorrida em Brasília no dia 30 de janeiro de 2009; CONSIDERANDO a necessidade da readequação do exercício do controle externo da atividade policial à atual feição emprestada aos Ministérios Públicos Estaduais, na busca de meios que visem à implantação de um sistema que permita a consolidação do controle das ocorrências policiais e seus desdobramentos, além da efetiva salvaguarda do direito difuso à segurança pública; CONSIDERANDO, finalmente, o disposto no art. 56 e seguintes da Lei Complementar Estadual no. 97 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Paraíba, **R E S O L V E: CAPÍTULO I - DO NÚCLEO DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL -NCAP- Art. 1º. O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial - NCAP é órgão de execução com sede em João Pessoa e atribuições em todo o Estado da**



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

Paraíba. Parágrafo único - A atuação do Núcleo, na esfera judicial, se dará em conjunto com o órgão do Ministério Público com atribuições específicas para o caso e com a concordância deste. Art. 2º. O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial será coordenado por um Procurador de Justiça ou por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância e auxiliado por 02 (dois) Promotores de Justiça, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, todos com atuação exclusiva. Art. 3º. O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial será composto de servidores, integrantes ou não do quadro de serviços auxiliares da Instituição, sendo 01 (um) deles bacharel em direito. Art. 4º. Incumbirá ao NCAP elaborar e manter banco de dados digitalizado próprio e estatísticas permanentes, mapeando as zonas de maior incidência criminógena do Estado, estabelecendo, ainda, estudos por meio de projeções e gráficos periódicos para fins de fomentar políticas públicas voltadas à segurança pública em geral. Art. 5º. O NCAP é constituído pelos órgãos a seguir elencados: I – Coordenação; II – Apoio Técnico. CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DO NCAP - Art. 6º. Além da gestão administrativa e de pessoal, são atribuições do Coordenador do NCAP:

I – representar o NCAP quer externa quer internamente, admitindo-se, por ato motivado, a delegação da representação aos Promotores de Justiça, ora designados de Promotores de Justiça auxiliares; II – normatizar as atividades administrativas e de apoio técnico; III – organizar e manter os arquivos e a página do NCAP na internet; IV – gerenciar os trabalhos dos técnicos periciais vinculados ao NCAP; V - responder pela implementação dos planos e programas de sua área, em conformidade com as diretrizes fixadas; VI - apresentar ao Presidente do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça relatório



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

trimestral das atividades desenvolvidas pelo NCAP; VII - exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, desde que designado pelo Procurador-Geral de Justiça, para tal fim. **CAPÍTULO III - DO APOIO TÉCNICO** - Art.7º. O apoio técnico compreende: I – pessoal com formação jurídica; II – pessoal com formação técnica; III – pessoal técnico-administrativo; IV – estagiários; V – voluntários. Art. 8º. São atribuições do apoio técnico: I – a realização dos serviços de apoio administrativo, de qualquer natureza, sobretudo quanto à organização do acervo documental, alimentação de informações de forma virtual, formalização de relatórios, levantamento de dados e o atendimento às pessoas; II – o auxílio na elaboração de iniciativas de apoio aos órgãos de execução e aos demais órgãos do MP; III - o suporte na estruturação e implementação de projetos e ações decorrentes do plano estratégico institucional; IV – a realização de análise e emissão de pronunciamentos de natureza técnico-científica. **Parágrafo único.** Para auxílio na realização de análise de material de conteúdo técnico-científico, sem prejuízo de outras providências de disponibilização de pessoal, poderá o NCAP solicitar o apoio de órgãos e servidores integrantes da estrutura do Ministério Público, bem como de profissionais disponibilizados em razão de atos de cooperação. **CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ATINENTES À FUNÇÃO DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL** - Art. 9º - O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial judiciária, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias voltadas para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para: I - o respeito aos direitos



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas leis; II - a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público; III - a prevenção da criminalidade; IV - a finalidade, a celeridade, o aperfeiçoamento e a indisponibilidade da persecução penal; V - a prevenção ou a correção de irregularidades, ilegalidades ou de abuso de poder relacionados à atividade de investigação criminal; VI - a superação de falhas na produção probatória, inclusive técnicas, para fins de investigação criminal; VII - a probidade administrativa no exercício da atividade policial. Art. 10. Encontram-se sujeitos ao controle externo do Ministério Público do Estado da Paraíba, na forma do art. 129, VII, da Constituição da República, da legislação em vigor e da presente Resolução os organismos policiais elencados nos arts. 144, IV e V, da Constituição da República e arts. 42 a 48 da Constituição do Estado da Paraíba, bem como as polícias legislativas ou qualquer órgão ou instituição, civil ou militar, ao qual seja atribuída parcela do poder de polícia, relacionada com a segurança pública e a persecução criminal. § 1º. O controle externo da atividade policial abrange o controle da legalidade, do abuso de autoridade ou qualquer violação aos direitos humanos praticados por policiais, civis ou militares, no exercício da sua atividade-fim policial. § 2º. Fica igualmente sujeita ao controle externo a atividade dos agentes que fiscalizam presos provisórios recolhidos em delegacias, quartéis ou cadeias públicas. § 3º O controle externo não abrange a atividade policial de caráter administrativo, em seus aspectos funcionais ou disciplinares, sujeita à fiscalização hierárquica e ao poder correicional por parte dos órgãos e das autoridades do próprio organismo policial. § 4º. Os atos de improbidade administrativa que não se relacionem com a atividade-fim serão apurados pelas Promotorias de



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

Justiça com atribuição para atuar na defesa do Patrimônio Público. Art. 11. Incumbe ao NCAP, quando do exercício ou do resultado do controle externo da atividade policial: I - realizar visitas ordinárias periódicas e, quando necessário, a qualquer tempo, visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição; II - examinar, em quaisquer dos órgãos referidos no inciso anterior, autos de inquérito policial, inquérito policial militar, prisão em flagrante ou qualquer outro expediente ou documento de natureza persecutória penal, ainda que conclusos à autoridade, deles podendo extrair cópias ou tomar apontamentos, fiscalizando seu andamento e regularidade; III - fiscalizar a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos; IV - fiscalizar o cumprimento dos mandados de prisão, das requisições e demais medidas determinadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, inclusive no que se refere a prazos; V - verificar as cópias dos Boletins de Ocorrência ou sindicâncias que não geraram instauração de Inquérito Policial e a motivação do despacho da Autoridade Policial, podendo requisitar a instauração do inquérito, se julgar necessário; VI - comunicar à autoridade responsável pela repartição ou unidade militar, bem como à respectiva Corregedoria ou autoridade superior, para as devidas providências, no caso de constatação de irregularidades no trato de questões relativas à atividade de investigação penal que importem em falta funcional ou disciplinar; VII – solicitar, se necessário, a prestação de auxílio ou colaboração das Corregedorias dos órgãos policiais, para fins de cumprimento do controle externo; VIII – fiscalizar a regularidade das interceptações telefônicas e outras medidas de investigação



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

invasivas da privacidade do cidadão, bem como a fiscalização dos equipamentos policiais empregados, inclusive através do órgão responsável pela execução da medida; IX - fiscalizar o cumprimento das medidas de quebra de sigilo de comunicações, na forma da lei, por meio do órgão responsável pela execução da medida, inclusive; X - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis; XI - intensificar a fiscalização das abordagens policiais ou qualquer prisão irregular, com a limitação da liberdade de locomoção de qualquer pessoa sem ordem judicial, salvo os casos de flagrante delito; XII – Promover ação penal, assim como demais ações que julgar convenientes e oportunas para combater ilegalidades eventualmente detectadas no exercício da atividade policial, que afetem principalmente os direitos humanos dos presos, da vítima ou da sociedade, em conjunto com o órgão do Ministério Público com atribuições específicas para o caso. § 1º - Incumbe, ainda, ao NCAP, havendo fundada necessidade e conveniência, instaurar Procedimento Investigatório Criminal referente a ilícito penal ocorrido no exercício da atividade policial. § 2º - O NCAP poderá instaurar procedimento administrativo visando a sanar as deficiências ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial, bem como apurar as responsabilidades decorrentes do descumprimento injustificado das requisições pertinentes. § 3º - No exercício do controle externo, decorrendo da atividade policial repercussão do fato na área cível, como reflexo de crime praticado por policiais no exercício da sua atividade-fim, incumbe ao NCAP instaurar procedimento preparatório ou



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

inquérito civil e promover a respectiva ação por ato de improbidade administrativa, assim como as ações civis públicas para a defesa dos interesses difusos e coletivos ou individuais homogêneos vinculados à segurança pública. § 4º - A instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil e a promoção da respectiva ação por ato de improbidade administrativa de que trata o parágrafo anterior, constitui atribuição conjunta entre o NCAP e as Promotorias do Patrimônio Público. § 5º - Nas visitas realizadas nos órgãos de perícia técnica, os Promotores de Justiça do NCAP deverão verificar o andamento dos exames periciais, a apresentação dos laudos respectivos e as condições de pessoal e material para realização das perícias. § 6º - As visitas a que se referem os incisos deste artigo limitar-se-ão à atividade de polícia, não envolvendo aspectos funcionais ou disciplinares atinentes à fiscalização hierárquica e poder correccional por parte dos órgãos e autoridades do próprio organismo policial, cujas faltas funcionais ou disciplinares serão comunicadas ao órgão correccional da corporação respectiva, para as providências cabíveis. § 7º - O NCAP diligenciar para que os órgãos integrantes da segurança pública Estadual mantenham informação atualizada sobre os livros existentes, obrigatoriamente, em cada unidade policial, nos termos da regulamentação própria, assim como a respeito do sistema de informatização da segurança pública, informando, sempre que necessário ou solicitado, ao NCAP. Art. 12. - Nas visitas ordinárias às Delegacias de Polícia, os Promotores de Justiça integrantes do NCAP levantarão os seguintes dados do semestre anterior: I - número de ocorrências registradas; II - número de ocorrências que originaram inquéritos policiais; III - número de ocorrências que originaram termos circunstanciados; IV - número de



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

ocorrências que originaram a lavratura de prisão em flagrante; V - número de inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de prisão em flagrante remetidos ao Poder Judiciário; VI - número de inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de prisão em flagrante em tramitação com prazo de encerramento excedido; VII - número de ocorrências investigadas sem instauração de inquéritos policiais ou termos circunstanciados de ocorrências; VIII - número de ocorrências não investigadas; IX - número de autos de prisão em flagrante iniciados com a apresentação do autuado por policiais militares; X - número de inquéritos policiais em andamento; XI - número de inquéritos policiais instaurados por portaria da autoridade policial;

XII - número de laudos de exame cadavéricos produzidos no mês e ocorrências a que se vinculam; XIII - número de laudos de exame de corpo de delito produzidos no mês e ocorrências a que se vinculam; XIV - número de mandados de prisão aguardando cumprimento. § 1º - Não coincidindo os dados levantados, o NCAP deve instaurar procedimento de investigação criminal ou civil, a fim de identificar e apurar os casos concretos em que a autoridade policial não se pautou pela legalidade. § 2º - As ocorrências geradas pela Polícia Militar, laudos cadavéricos, exames de corpo de delito ou qualquer perícia gerada pelos órgãos integrantes do IPC- Instituto de Perícia Científica, além de também sujeitos ao controle externo da atividade policial por meio de exames periódicos, podem ser requisitados para confronto com os números de inquéritos policiais, termos circunstanciados ou autos de prisão em flagrante que, em tese, deveriam ter originado. Art. 13. – O NCAP e os órgãos do Ministério Público no exercício das funções de controle externo da atividade policial, terão: I - livre ingresso em



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

estabelecimentos ou unidades policiais, civis ou aquartelamentos militares, bem como casas prisionais, cadeias públicas ou quaisquer outros estabelecimentos onde se encontrem pessoas custodiadas, detidas ou presas, a qualquer título, sem prejuízo das atribuições previstas na Lei de Execução Penal que forem atribuídas a outros membros do Ministério Público; II - livre acesso a quaisquer documentos, informatizados ou não, relativos à atividade-fim policial civil e militar, incluindo as de polícia técnica desempenhadas por outros órgãos, em especial: a) ao registro de mandados de prisão; b) ao registro de fianças; c) ao registro de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e outros objetos apreendidos; d) ao registro de ocorrências policiais, representações de ofendidos e *notitia criminis*; e) ao registro de inquéritos policiais; f) ao registro de termos circunstanciados; g) ao registro de cartas precatórias; h) ao registro de diligências requisitadas pelo Ministério Público ou pela autoridade judicial; i) aos registros e guias de encaminhamento de documentos ou objetos à perícia; j) aos registros de autorizações judiciais para quebra de sigilo fiscal, bancário e de comunicações; k) aos relatórios e soluções de sindicâncias findas. Art. 14. – O NCAP e os órgãos do Ministério Público que exercitem o controle difuso, no exercício das funções de controle externo da atividade policial, é autorizado: I - acompanhar, a seu critério, a condução da investigação policial civil ou militar; II - requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial ou inquérito policial militar sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial, ressalvada a hipótese em que os elementos colhidos sejam suficientes ao ajuizamento de ação penal; III - requisitar informações, a serem prestadas pela autoridade



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

acerca de inquérito policial não concluído no prazo legal, bem assim requisitar sua imediata remessa ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário, no estado em que se encontre; IV - receber representação ou petição de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nas leis, relacionados com o exercício da atividade policial; V - ter acesso ao preso, em qualquer momento; VI - ter acesso aos relatórios e laudos periciais, ainda que provisórios, incluindo documentos e objetos sujeitos à perícia, guardando, quanto ao conteúdo de documentos, o sigilo legal ou judicial que lhes sejam atribuídos, ou quando necessário à salvaguarda do procedimento investigatório. Art. 15. - Nas visitas de que trata o artigo 11 desta Resolução, o órgão do Ministério Público lavrará a ata ou relatório respectivo, consignando todas as constatações e ocorrências, bem como eventuais deficiências, irregularidades ou ilegalidades e as medidas requisitadas para saná-las, devendo manter, no NCAP, cópia em arquivo específico. Parágrafo único - A autoridade diretora ou chefe de repartição policial poderá ser previamente notificado da data ou período da visita, bem como dos procedimentos e ações que serão efetivadas, com vistas a disponibilizar e organizar a documentação a ser averiguada. - Capítulo V - Das Atribuições Relativas ao Controle Externo - Art. 16. - O controle externo da atividade policial será exercido: I - na forma de controle difuso, por todos os membros do Ministério Público com atribuição criminal, quando do exame dos procedimentos que lhes forem distribuídos; II - em sede de controle concentrado, pelos membros designados para atuar no NCAP, mediante visitas periódicas e sempre que necessário, devendo encaminhar-se relatório trimestral das atividades à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

Ministério Público. Art. 17. - Na sua forma difusa, o exercício do controle externo da atividade policial, quando do exame dos procedimentos normais que lhe forem distribuídos, incumbe aos membros do Ministério Público com atribuição criminal, os quais devem examinar se a autoridade policial pautou-se pela legalidade, celeridade e eficiência no curso da investigação e, em caso negativo, encaminhar cópia do feito ao NCAP, para as providências cabíveis. § 1º - Nas comarcas com dois ou mais cargos de Promotores de Justiça, com atuação criminal, o controle externo da atividade policial será exercido conjuntamente por todos com atribuição criminal, atendidos os critérios de distribuição e prevenção. § 2º Na hipótese do parágrafo precedente não fica excluída a possibilidade de atuação cumulativa entre o NCAP e as Promotorias de Justiça com atribuição criminal.

Art. 18. - Na sua forma concentrada, o controle externo da atividade policial deve ser exercido pelo NCAP em todo o Estado, conforme legislação que rege a espécie. Art. 19. - O controle externo da atividade policial militar, na sua forma concentrada, será exercido: I - na fase extrajudicial, concorrentemente, pela Promotoria de Justiça Militar e pelo NCAP, no âmbito de suas atribuições; II - na fase processual, tratando-se de crime propriamente militar, exclusivamente pela Promotoria de Justiça Militar e, nos demais casos, conjuntamente, pela Promotoria com atuação no Juízo competente para o processo e pelo NCAP. Parágrafo Único - Cabe ao NCAP o exercício da ação penal pública, em conjunto com o órgão do Ministério Público com atribuições específicas para o caso, decorrente de crimes de abuso de autoridade, tortura ou outros delitos que denotem excessos praticados por integrantes das corporações policiais.

- CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 20 - Os casos omissos relativos à execução



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

desta resolução serão resolvidos pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça. Art. 21 – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Sala das Sessões do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, em João Pessoa, 24 de maio de 2011. Concluída a votação, pela Presidência foi proclamada a aprovação da matéria, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, em exercício deu por encerrada a sessão.

Marilene de Lima Campos de Carvalho
Procuradora de Justiça
Secretária do ECPJ
em exercício

Elizabeth Leônia Soares de Oliveira
Assessora do ECPJ